

A pauta do plenário da Câmara e do Senado ainda não foi disponibilizada.

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Acontecerá, no dia 20/4, reunião conjunta com as Comissões de Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; Legislação Participativa com o tema: Violências contra Crianças e Adolescentes Indígenas no Brasil. Foram convidados: Ministério dos Povos Indígenas; Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania; Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI; Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Hutukara Associação Yanomami; e Leonardo Boff, teólogo, escritor e filósofo.

Sessão Solene da 19ª edição do Acampamento Terra Livre

Acontecerá Sessão Solene em Homenagem à 19ª Edição do Acampamento Terra Livre, a maior Assembleia dos Povos Indígenas, que ocorrerá em Brasília, entre os dias 24 e 28 de abril, no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados.

■ SENADO FEDERAL

Comissão Temporária Externa para Acompanhar a Situação dos Yanomamis e a Saída dos Garimpeiros – CTEYANOMAMI

Acontecerá Audiência Pública, no dia 18/4, com os seguintes convidados: Ricardo de Souza Moreira, Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita Federal; Erich Adam, Diretor da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais; Eduardo Ferrari de Araújo, Chefe de Gabinete da Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil; Representante do Ministério da Fazenda; Representante do Ministério de Minas e Energia; Representante da Secretaria-Geral da Presidência da República.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Sônia Guajajara afirma que a crise dos Yanomami só terá fim após a retirada de garimpeiros

A ministra participou de audiência, no dia 11/4, na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados, onde fez um balanço dos 100 primeiros dias do governo Lula. Em resposta aos deputados sobre as ações da pasta contra

a crise humanitária em que se encontra o povo Yanomami, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, afirmou que é difícil solucionar o problema sem conter o avanço de invasores à Terra Indígena Yanomami, que abrange oito municípios dos estados de Roraima e do Amazonas. Segundo ela, para proteger a segurança desses povos é preciso expulsar os garimpeiros, que, atualmente, estão em condições de paridade com a população nativa: são cerca de 30 mil indígenas para 20 mil garimpeiros.

Frente parlamentar antirracista aponta combate à violência como uma das prioridades

A Frente Parlamentar Mista Antirracismo (FPMA) foi lançada no dia 11/4, com a adesão de 111 deputados e 36 senadores. Na sessão inaugural houve consenso de que sem a superação da discriminação racial não há como falar em democracia. Os coordenadores da frente são as deputadas Dandara (PT-MG) e Carol Dartora (PT-PR), pela Câmara, e os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Zenaide Maia (PSD-RN), pelo Senado. Representantes de várias entidades da sociedade civil de combate ao racismo prestigiaram a instalação da Frente.

Supremo Tribunal Federal: Partido questiona MP que criou Ministério dos Povos Indígenas

O Partido Progressista questionou, no STF, dispositivos da Medida Provisória nº 1.154, que transferiu para o Ministério dos Povos Indígenas a competência para o reconhecimento, a demarcação, a defesa, o usufruto exclusivo e a gestão das terras e dos territórios indígenas. Na ação, o partido defende que a transferência da competência de demarcação do Ministério da Justiça para o Ministério dos Povos Indígenas, criado

para defender os interesses desse grupo, se deu sem a devida atenção a outros segmentos impactados, principalmente os produtores rurais.

Em declaração conjunta à ONU, organizações denunciam as graves consequências do garimpo à alimentação e à saúde indígena

Em declaração conjunta em “Diálogo Interativo” sobre o Direito à Alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Survival International e a Right Livelihood Award Foundation denunciaram as graves consequências do garimpo à alimentação e à saúde indígena, com a destruição e contaminação dos meios de subsistência. A advogada Fédora Bernard deu voz às denúncias no evento, que contou com a presença do Relator Especial sobre Direito à Alimentação, Michael Fakhri, durante o 52º Período Ordinário de Sessões do Conselho de Direitos Humanos (CDH 52), realizado entre os dias 27 de fevereiro e 4 de abril deste ano, em Genebra, Suíça.

CPT lança o Caderno de Conflitos

No dia 17/4 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou sua publicação anual do Caderno de Conflitos no Campo, Brasil 2022, que traz dados alarmantes sobre a violência no campo no país, no último ano. O lançamento ocorreu em formato de Seminário, no Auditório Esperança Garcia da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UNB). De acordo com o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC-CPT), em 2022 foram registrados 47 assassinatos por conflitos no campo, um aumento de 30,55% em relação ao ano anterior. Além do alto número de assassinatos, os conflitos por terra no Brasil aumenta-



AMAZÔNIA NO CONGRESSO

O presente informe tem por finalidade socializar o cronograma de atividades relativas à Amazônia, pautadas pelo Congresso Nacional, para a semana corrente e não tem por objetivo ser um subsídio de reflexão. O informe é uma produção da REPAM-Brasil em parceria com a Comissão Episcopal para a Amazônia.

Semana de 17/4 a 21/4, 2023, nº 059.

ram 16,7% em relação a 2021. A data escolhida para o lançamento do relatório marca os 27 anos de um dos mais graves episódios de conflito agrário do Brasil: o massacre de Eldorado dos Carajás, onde 21 trabalhadores rurais foram assassinados no sudeste do Pará, em 17 de abril de 1996.

Reunião na Advocacia Geral da União, AGU

No dia 14/4 a incidência política da REPAM/CEA e o Instituto Kabu estiveram em reunião na Advocacia Geral da União, AGU, para tratar sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.553 (Ferrogrão), que tra-

mita perante o Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. O referido processo está pautado para ser julgado no dia 31/5.

Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos

No dia 11/4 a incidência política da REPAM/CEA participou da Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial com o tema: Jornada de Direitos Humanos e Sociedade Civil.